



ENTRE O DIREITO AO DESENVOLVIMENTO E O DEVER DE PRESERVAR: O PORTO BRASIL SUL E OS LIMITES JURÍDICOS DA SUSTENTABILIDADE INSULAR SOB OS ODS 11, 14 E 15

Kauany Guilherme Vivan¹, Marcelo Negri Soares², Geovani Ramos Menezes³, Paula Eduarda Deeke Buguiski⁴

¹ Acadêmica do Curso de Direito, Universidade Cesumar - UNICESUMAR, Campus Maringá-PR. E-mail: vivan2kakau@hotmail.com; ² Pós-Doutor, Doutor e Mestre em Direito - Docente Orientador Universidade Cesumar - UNICESUMAR, Campus Maringá-PR. E-mail: negri@negrisoares.page; ³ Mestrando em Ciências Jurídicas, Universidade Cesumar - UNICESUMAR, Campus Maringá-PR. E-mail: geovani_menezes@hotmail.com.br; ⁴ Pós-graduada em Direito Constitucional, Universidade Cidade Verde - UniCV. E-mail: pauladeeke@gmail.com.

RESUMO

O presente estudo trata-se de pesquisa em andamento, e tem como objetivo analisar os impactos jurídicos e socioambientais decorrentes da implantação do Porto Brasil Sul na Baía da Babitonga, localizada no município de São Francisco do Sul/SC, com enfoque na tutela dos direitos difusos e da Mata Atlântica enquanto bem jurídico indisponível. A pesquisa busca avaliar a compatibilidade do empreendimento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 11, 14 e 15, investigando os tensionamentos entre o discurso do desenvolvimento econômico e a fragilidade ambiental de ilhas urbanas, com base na realidade de São Francisco do Sul/SC. O método adotado é o hipotético-dedutivo com abordagem qualitativa, revisão bibliográfica e documental, análise normativa da legislação urbanística, ambiental e dos instrumentos de planejamento territorial, além da realização de pesquisa de campo com observação direta, entrevistas semiestruturadas com atores locais e aplicação de questionários. Os dados coletados serão organizados e analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, considerando aspectos jurídicos, sociais e ecológicos. Espera-se como resultado oferecer subsídios para a compreensão dos limites jurídicos da sustentabilidade em contextos insulares, contribuindo para o debate sobre o equilíbrio entre progresso econômico e preservação ambiental em áreas de alta sensibilidade ecológica, reforçando a necessidade de efetivação do princípio da precaução e da gestão democrática dos territórios afetados por grandes empreendimentos.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Sustentável; Grandes Empreendimentos; Progresso Econômico.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento econômico brasileiro tem sido impulsionado por grandes empreendimentos, como usinas hidrelétricas, projetos minerários e complexos industriais, que, embora promovam crescimento, também acarretam impactos socioambientais relevantes (Pimentel, 2004; Mendes, 2005; Pereira, 2021; Cortez, 2023). No cenário contemporâneo, a expansão de infraestruturas logísticas - como portos, rodovias e ferrovias - destaca-se como exigência da globalização, mas também gera pressões sobre áreas ambientalmente sensíveis, como zonas costeiras e biomas protegidos (Milaré, 2018; Machado, 2010).

É nesse contexto que se insere o caso do Porto Brasil Sul, projetado para a Baía da Babitonga, em São Francisco do Sul/SC, cuja instalação evidencia o conflito entre o discurso do progresso e os riscos de degradação ambiental. O estudo propõe investigar os tensionamentos entre o direito ao desenvolvimento e o dever de preservar, analisando os potenciais impactos do empreendimento à luz dos princípios constitucionais da sustentabilidade, da legislação vigente e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente os de número 11, 14 e 15.

A pesquisa ancora-se nos pilares teóricos da sustentabilidade insular, da função socioambiental do território e dos direitos difusos, compreendidos como fundamentais à proteção coletiva do meio ambiente e da dignidade humana. Parte-se da concepção de desenvolvimento sustentável como aquele que atende às necessidades atuais sem



comprometer as gerações futuras (Brüseke, 1994), em articulação com a função socioambiental do território e o princípio da precaução.

A hipótese central é que a instalação do Porto Brasil Sul, nos moldes propostos, apresenta inconsistências jurídicas e ambientais que podem contrariar os compromissos assumidos pelo Brasil na Agenda 2030 da ONU. Considera-se que os instrumentos normativos existentes, se corretamente aplicados, oferecem base para conter empreendimentos que ameaçam bens jurídicos indisponíveis, como a Mata Atlântica e os ecossistemas costeiros da Baía da Babitonga. Assim, o estudo pretende contribuir para a construção de um modelo jurídico de desenvolvimento mais justo, sustentável e comprometido com os limites ecológicos e a equidade socioambiental.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O método adotado é o hipotético-dedutivo. A pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, por permitir a análise aprofundada de percepções, conflitos normativos e implicações práticas (Godoy, 1995) relacionadas à sustentabilidade insular em contextos de desenvolvimento portuário. O objetivo é compreender os impactos jurídicos, ambientais e sociais da instalação do Porto Brasil Sul em São Francisco do Sul/SC, especialmente quanto à sua compatibilidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 11, 14 e 15.

A coleta de dados será realizada por meio de três instrumentos principais: i) revisão bibliográfica e análise documental de fontes jurídicas, técnicas e científicas; ii) estudo de caso centrado no processo de licenciamento ambiental do empreendimento e nos dados territoriais da Baía da Babitonga; e iii) entrevistas semiestruturadas com especialistas, gestores públicos, lideranças comunitárias e técnicos, com roteiro construído com base nas etapas anteriores.

Os dados serão analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, com codificação e categorização indutiva das falas e documentos. A triangulação entre as fontes será utilizada como estratégia para garantir a validade e a profundidade da análise.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Historicamente, o desenvolvimento econômico no Brasil foi associado a grandes obras de infraestrutura e industrialização intensiva, especialmente a partir da década de 1970, com os chamados Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPDs) (Veiga, 2005; Alentejano; Tavares, 2019; Soares et al., 2023). Este modelo, sustentado por uma lógica de crescimento a qualquer custo, contribuiu para a atual crise socioambiental, marcada pela degradação ambiental e pela exclusão social (Bateson, 1987; Abiko, 2009). Na contemporaneidade, as ações humanas exercem forte poder de desestabilização planetária, alterando de forma crítica os ciclos naturais e os ecossistemas globais (Camargo, 2020).

Neste contexto, os resultados parciais da pesquisa apontam a urgência de repensar os modelos de desenvolvimento aplicados em áreas sensíveis, como a Baía da Babitonga, especialmente diante da proposta de instalação do Porto Brasil Sul. A análise de documentos técnicos e normativos já revela conflitos recorrentes entre interesses econômicos e a preservação de bens ambientais indisponíveis, como a Mata Atlântica. Observa-se uma atuação ainda limitada do Direito na mediação entre progresso e proteção ambiental, além da fragilidade das decisões institucionais diante da complexidade ecológica da região.

A articulação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) reforça os achados: o ODS 11 evidencia desafios relacionados à urbanização sustentável e



infraestrutura precária; o ODS 14 destaca a vulnerabilidade da Baía da Babitonga à pressão portuária; e o ODS 15 revela a necessidade urgente de fortalecer a proteção jurídica da biodiversidade terrestre.

Os dados até o momento também apontam para a exclusão das comunidades locais dos processos decisórios, violando o princípio da gestão democrática do território. O discurso institucional de sustentabilidade, embora presente nos documentos formais, não se sustenta diante da realidade observada, marcada por riscos socioambientais relevantes.

Portanto, esta etapa da pesquisa contribui para uma análise crítica dos limites jurídicos da sustentabilidade insular, evidenciando a necessidade de aprimorar os mecanismos de controle ambiental, de efetivar os princípios da precaução e da equidade, e de alinhar as decisões públicas aos compromissos assumidos pelo Brasil na Agenda 2030.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por se tratar de um estudo em andamento, os resultados aqui apresentados são prospectivos, baseando-se nas hipóteses e objetivos delineados até o momento. Espera-se que a pesquisa contribua tanto para o avanço teórico quanto para a aplicação prática no campo do Direito Ambiental, da sustentabilidade insular e da regulação de grandes empreendimentos em áreas ecologicamente sensíveis.

Pretende-se identificar, de forma sistemática, as lacunas e contradições existentes nos instrumentos jurídicos e institucionais que regem a instalação de empreendimentos de grande porte em territórios costeiros e insulares, como o Porto Brasil Sul, especialmente no que se refere à sua compatibilidade com os princípios da sustentabilidade e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A análise documental, o estudo de caso e as entrevistas deverão revelar os principais entraves jurídicos, sociais e ambientais à implementação de modelos equilibrados de desenvolvimento na região da Baía da Babitonga, com destaque para os riscos de degradação ambiental, exclusão de comunidades tradicionais e descaracterização territorial.

A pesquisa também busca oferecer recomendações jurídicas e institucionais que possam qualificar o processo de licenciamento ambiental e fortalecer a governança territorial, contribuindo para um modelo de desenvolvimento que seja ecologicamente sustentável, socialmente justo e juridicamente coerente. Tais recomendações poderão subsidiar a atuação do Ministério Público, a revisão de políticas públicas e as ações de organismos multilaterais em contextos semelhantes.

Outro resultado esperado é a demonstração da relevância dos ODS 11, 14 e 15 como lentes analíticas para compreender e propor soluções aos desafios socioambientais gerados pela instalação do Porto Brasil Sul. A compatibilização entre desenvolvimento urbano-portuário, proteção da biodiversidade marinha e terrestre e a preservação de ecossistemas costeiros será abordada a partir de uma perspectiva jurídica sistêmica, participativa e orientada por evidências.

Por fim, a pesquisa almeja contribuir para o fortalecimento da produção acadêmica interdisciplinar sobre sustentabilidade insular, oferecendo subsídios teóricos e práticos para futuras formulações jurídicas e políticas públicas voltadas à conciliação entre o direito ao desenvolvimento e o dever de preservar. O estudo poderá servir como referência para abordagens mais rigorosas no campo da responsabilidade ambiental e na formulação de estratégias que considerem o valor ecológico e cultural das zonas costeiras brasileiras.



REFERÊNCIAS

ABIKO, A. Desenvolvimento urbano sustentável. **Texto Técnico do Departamento de Engenharia de Construção Civil da Escola Politécnica da USP**. São Paulo, 2009.

ISSN 1413-0386. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4529983/mod_resource/content/0/TT26DesUrbSustentavel.pdf. Acesso em: 09 mai. 2025.

ALENTEJANO, P. R. R.; TAVARES, E. **Os grandes projetos de desenvolvimento (GPDS): uma análise crítica a partir da geografia**. Revista Terra Livre, ano 34, vol. 01, n. 52, p. 190-233, 2019. DOI: 10.62516/terra_livre.2019.1620. Disponível em:

<https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/1620>. Acesso em: 09 mai. 2025.

BATESON, G. *Steps to an ecology of mind: collected essays in anthropology, psychiatry, evolution, and epistemology*. Northvale: Jason Aronson, 1987.

BRÜSEKE, F. J. **O problema do desenvolvimento sustentável**. In: Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável. Clóvis Cavalcanti (org.), et al. Recife: Instituto de Pesquisas Sociais (INPSO) da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) - Ministério da Educação, Governo Federal. Out./1994, 262 p. Disponível em:

https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/68292291/livro_desenvolvimento_natureza-libre.pdf. Acesso em: 05 mai. 2025.

CAMARGO, A. L. de B. Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios. **Papirus Editora**, 2020. ISBN: 6556500070, 160 p. Disponível em:

[https://books.google.com.br/books?hl=pt-](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=0AXpDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT3&dq=O+desenvolvimento+econ%C3%B4mico+do+Brasil+nas+%C3%BAltimas+d%C3%A9cadas+tem+sido+marcado+por+grandes+empreendimentos&ots=sn55gkwj8T&sig=dD7rNaHpMttSEs_1NPouoxYHL8s#v=onepage&q&f=false)

[BR&lr=&id=0AXpDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT3&dq=O+desenvolvimento+econ%C3%B4mico+do+Brasil+nas+%C3%BAltimas+d%C3%A9cadas+tem+sido+marcado+por+grandes+empreendimentos&ots=sn55gkwj8T&sig=dD7rNaHpMttSEs_1NPouoxYHL8s#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=0AXpDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT3&dq=O+desenvolvimento+econ%C3%B4mico+do+Brasil+nas+%C3%BAltimas+d%C3%A9cadas+tem+sido+marcado+por+grandes+empreendimentos&ots=sn55gkwj8T&sig=dD7rNaHpMttSEs_1NPouoxYHL8s#v=onepage&q&f=false). Acesso em: 09 mai. 2025.

CORTEZ, H. Impactos ambientais e sociais na construção de usinas hidrelétricas.

Revista Digital EcoDebate, 2023. ISSN 2446-9394. Disponível em:

<https://www.ecodebate.com.br/2023/05/29/impactos-ambientais-e-sociais-na-construcao-de-usinas-hidreletricas/>. Acesso em: 07 mai. 2025.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades - uma revisão histórica dos principais autores e obras que refletem esta metodologia de pesquisa em

Ciências Sociais. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rae/a/wf9CgwXVjpLFFVgpwNkCggnC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 mai. 2025.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa tipos fundamentais. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai./jun. 1995. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 mai. 2025.

MACHADO, P. A. L. **Direito ambiental brasileiro**. 24^a. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.



MENDES, N. A. S. **As usinas hidrelétricas e seus impactos: os aspectos socioambientais e econômicos do Reassentamento Rural de Rosana - Euclides da Cunha Paulista.** Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Presidente Prudente/SP, 2005, 222 p. Disponível em: https://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/05/05_noeli.pdf. Acesso em: 05 mai. 2025.

MILARÉ, É. **Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.** 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 10 mai. 2025.

PEREIRA, L. G. V. **Projeto minerário Pedra de Ferro: análise dos impactos socioambientais e riscos para a cidade de Caetité e região do estado da Bahia.** Monografia (Especialização em Sustentabilidade em Cidades, Edificações e Projetos) - Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte/MG, 2021, 109 p. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/68009/1/Projeto%20minera%CC%81rio%20Pedra%20de%20Ferro%20-%20Lucas%20Gabriel%20Vaz%20Pereira.pdf>. Acesso em: 04 mai. 2025.

PIMENTEL, V. C. R. **Alternativas de solução para os impactos físicos de barragens.** Dissertação (Mestrado em Engenharia) - Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. São Paulo/SP, 2004, 416 p. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3147/tde-08082005-142356/publico/Final.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2025.

SOARES, M. N.; MANZATO, W. J. J.; BERLANGA, K. M. R. N.; CUGULA, J. R. G.; BUGUISKI, P. E. D.; MENEZES, G. R. Reassentamento Aruanda, Oriundo De Bataguassu/Ms, Em Razão Da Construção Da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta: Um Estudo De Caso Sobre A Transgressão Dos Direitos Dos Povos Ribeirinhos À Luz Dos Direitos Da Personalidade. **IOSR Journal Of Humanities And Social Science (IOSR-JHSS)**, Volume 28, Issue 12, Series 7 (December, 2023) 02-10, e-ISSN: 2279-0837, p-ISSN: 2279-0845. Disponível em: [https://www.iosrjournals.org/iosr-jhss/pages/28\(12\)Series-7.html](https://www.iosrjournals.org/iosr-jhss/pages/28(12)Series-7.html). Acesso em: 30 abr. 2025.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005.